
PONTO PROVINCIAL, CONTRAPONTO PROVINCIANO: DIÁLOGOS ENTRE TAVARES BASTOS E JOÃO FRANCISCO LISBOA SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO II IMPÉRIO



Felipe de Azevedo e Souza
Mestrando em História – UFPE
E-mail: felipeazv.souza@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho pretende traçar um diálogo entre dois ilustres autores brasileiros do XIX que tratam da questão provincial sob pontos de vista transversais, são eles: Tavares Bastos e João Francisco Lisboa. Serão analisadas essencialmente as obras *A Província*, de Bastos e o *Jornal de Timon*, de Lisboa. Ambas esboçam um retrato da dinâmica política no âmbito local, em que se destacam interpretações análogas sobre a amplitude do arranjo político-administrativo provincial, abarcadas por questões comuns, como as eleições, o funcionalismo público e a cultura política.

Palavras-chave: Federalismo, Administração Provincial, Governo, Política, Intelectuais.

“Timon já está receando que alguém o acuse de tomar o tempo aos seus leitores, com frioleiras e trivialidades, mas a verdade histórica não exige menos; e quantos têm alguma experiência das nossas cousas, sabem que nada invento ou altero, antes levo o escrúpulo e o amor da verdade a tão alto ponto, que extratando os jornais do tempo, conservo fielmente não só as ideias, senão o estilo e a frase” (LISBOA, 2004, p.125)

A questão federativa que em muito delineia a forma de atuação dos governos, esteve presente nos discursos de praticamente todos os grandes políticos do Brasil Império. Sua estrutura político-administrativa sofreu três importantes oscilações acerca do seu potencial federativo entre os anos de 1823 e 1840*, grafadas, borradas e re-grafadas na letra da Constituição conforme a matiz do grupo que estava no poder. De certa forma, esse contexto teve peso para que muitos analistas da monarquia dividissem o universo

* Em 1823 foi promulgada a primeira constituinte brasileira, cujo conteúdo, delineado pelo impulso absolutista de D. Pedro I, tornou-se insigne por seu tom centralizador a partir da divisão desigual de poderes que, diante do advento do Poder Moderador, subordinava todo funcionamento do aparelho estatal aos desígnios do monarca. A partir de 1832, com o período regencial, o Ato Adicional muda essa estrutura, pulverizando boa parte do governo e da administração pública em instituições provinciais de caráter eletivo. A partir de 1840, já no Segundo Reinado, o Partido Conservador promulga um pacote de reformas que esvazia o poder das instituições provinciais, e suas atribuições passam a ser responsabilidade de autoridades vinculadas ao governo central.

político entre centralizadores e descentralizadores, agrupando a completude de seus agentes nos variados tons de moderação e radicalização das duas propostas.

Tendo em tela a coloração mais radical dessa categoria pode-se afirmar, com o perdão da aliteração, que Tavares Bastos foi o bastião do federalismo durante o segundo Império. Escreveu uma obra que se distingue não por seu volume, mas por sua densidade e variedade de temas, uma miscelânea de assuntos que orbitavam em torno da questão da descentralização do governo. O presente texto busca colocar a obra desse pensador federalista, principalmente os livros *A Província* e *Os males do presente e as esperanças futuras*, em diálogo com a obra de outro pensador liberal da época, João Francisco Lisboa.

Lisboa nasceu no Maranhão e lá viveu a maior parte de sua vida. O livro focado por este trabalho trata justamente de sua terra natal. *Partidos e eleições no Maranhão* é uma obra de crônica política e narrativa histórica que, sob tom ficcional e dotado de aclamado requinte irônico, lega um retrato da dinâmica política naquela província, e reflete a realidade de muitas outras províncias periféricas e grotões interioranos do Brasil oitocentista.

É objetivo deste artigo a concatenação de uma possível conversa entre os dois autores, fornecendo o palco para um encontro que não aconteceu em vida, mas que pode ser flexionado pelo cruzamento de diversos trechos de suas obras que tratam de temas comuns, expressos em formas diferentes. Dando cerne a um colóquio cujo propósito é a formulação de um panorama que evidencia a estrutura e o sentido da atuação dos governos provinciais em meados do II Império, por meio de questões que revelam a natureza da ineficiência administrativa do poder público na instância provincial diante do incipiente arranjo federalista daqueles tempos.

A opção pelos autores em questão traduz-se na medida em que seus livros fornecem interpretações da realidade provincial a partir de diferentes instâncias, por meio de escritas cujo requinte e originalidade figuram na proa da literatura de sua época.* As narrativas dos livros em questão travam uma relação de conflito, ao tempo que abordam os mesmos tópicos, se distinguem em praticamente todas as categorias de forma e objetivo. Para entender os propósitos e a forma como “dialogam” essas obras lançarei mão de alguns traços biográficos dos autores em questão, entendendo a relação de

* A força literária dos autores é ilustrada diante do fato de que ambos foram eleitos patronos de cadeiras na ABL: João Francisco com a de número 18, e Tavares Bastos, a de número 35.

influência entre os seus respectivos *espaços de experiência e horizontes de expectativa* (KOSELLECK, 2006, p.313) para a formulação de suas críticas e posturas diante das estruturas políticas e da sociedade imperial.

DOIS OUTSIDERS NO FRONT

A estrutura de governo centralista foi concebida no início da década de 1840 e ficou conhecida como *saquarema*, em referência a cúpula que comandava o Partido Conservador da época, principal responsável por formular o projeto de reforma estatal que alterava a estrutura de poder mediante duas reformas específicas. Eram elas a interpretação do Ato Adicional (1840) – que limitou drasticamente as atribuições das Assembléias Provinciais tornando-as dependentes do Presidente da Província (cargo nomeado pelo poder central) - e a Reforma do Código do Processo Criminal (1841) - que substituiu o princípio eletivo pelo hierárquico na administração da polícia e da justiça, transferindo os poderes de autoridades eleitas localmente (principalmente os juízes de paz e os deputados provinciais) pelas nomeadas pelo poder central. (FERREIRA, 2009)

Esse processo de centralização encontrou sua justificativa diante do conturbado período regencial que o antecedeu. A razão de ser dessas reformas foi então pautada pela necessidade da manutenção do Estado unitário, centrado em uma estrutura fechada e rigidamente hierárquica, dotada de poderes suficientes para sufocar possíveis “arrivismos separatistas” e garantir a manutenção da unidade nacional. Dessa maneira, o liberalismo trilhado pelo “monumento saquarema” era um liberalismo cuja tônica orbitava predominantemente em torno da ordem e não da liberdade. Segundo Ângela Alonso “o sistema político imperial era liberal no sentido de antiabsolutista”, pois “o temor das reações extremas da Regência fez prevalecer a concepção de liberdade como responsabilidade pública, não como direito individual” (2001, p.61). Esse processo de imposição do projeto saquarema foi bastante traumático para a maior parte das províncias brasileiras que permaneceram amargando uma posição de marginalização política e econômica, conquanto elites do sul do país se auto-intitulavam retoricamente como os verdadeiros “defensores dos interesses nacionais”, tal como evidencia Evaldo Cabral de Melo:

“Nesta perspectiva apologética, a unidade do Brasil foi concebida e realizada por alguns indivíduos dotados de grande descortínio

político, que tiveram a felicidade de nascer no triângulo Rio-São Paulo-Minas e a quem a pátria ficou devendo o haverem-na salvo da voracidade dos interesses provinciais, como se estes fossem ilegítimos, e do gosto, digamos ibero-americano, pela turbulência e pela agitação estéreis, como se Eusébio, Paulino ou Rodrigues Torres não fossem representantes de reivindicações tão regionais quanto as de Pernambuco, do Rio Grande do Sul ou do Pará” (2001, p.16)

Esta estrutura gerava uma teia hierárquica de opressão que vinha da Corte para as províncias e que, independente dos custos, obteve sucesso em manter a unidade nacional. No entanto, configurava-se explicitamente um problema quanto à diligência da administração pública, visto que, com a supressão de boa parte dos poderes das autoridades provinciais, o governo central acumulou uma série de obrigações cuja execução era incapaz de exercer satisfatoriamente diante de um país com proporções continentais e estruturas de comunicação e transporte extremamente precárias. Mais de vinte anos depois de concretizada a obra saquarema, um de seus maiores idealizadores, o Visconde do Uruguai, que em seus escritos era dado à utilização de metáforas orgânicas, teceu uma sintética autocrítica nesse tom, afirmando que a administração sofria de macrocefalia, tendo uma cabeça enorme e uma quase ausência de braços e pernas (FERREIRA, 1999). A irrisória presença do Estado em muitos lugares do Brasil acabou fortificando e frutificando as relações clientelísticas e os potentados rurais, na contramão de qualquer projeto liberal ou civilizatório.

Esse período, em que Uruguai publicamente aponta os malogros do processo centralizador, entre as décadas de 1860 e 70, foi realmente fértil para o questionamento das instituições imperiais, com o surgimento das conferências radicais e a publicação de dezenas de impressos que criticavam o modelo institucional saquarema.¹

A obra de Tavares Bastos situava-se nesse ínterim. O radicalismo de seu projeto federalista, empenhado em deitar abaixo valores consagrados pelo *status quo*, chegava a ganhar destaque no *front* oposicionista. Tocquevilliano, ele tomava por modelo o federalismo norte-americano como arquétipo ideal de administração pública e fórmula para reformar a burocracia estatal. Essa postura de enfrentamento diante das instituições imperiais e a amplitude das reformas propostas por ele, podem ser melhor compreendidos levando em conta a sua posição de *outsider* em relação aos “corifeus”

¹ Sobre a questão, ver: CARVALHO, José Murilo de. *O radicalismo político no segundo reinado*. In: BOTELHO, André (org.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo, Companhia das letras, 2009. e ARAÚJO, José Thomas Nabuco de. *O centro Liberal*. Brasília, Senado Federal, 1979.

do governo. O fato de nunca ter chegado a ocupar cargos de comando no governo central, e de ser preterido dentro de seu próprio partido em diversas ocasiões, lhe dava liberdade de escrever de forma mais incisiva e até com certo ranço emulativo diante de seus pares, evidenciados pelos pseudônimos adotados ao longo de sua carreira - *Um excêntrico* e *O Solitário* – que também indicam certo distanciamento em relação ao meio político.

Apesar de sempre ter se posicionado de maneira extremamente crítica diante do aparelho político-administrativo do Segundo Reinado e da estrutura de governo que conferia um excesso de poderes nas mãos do Imperador, jamais deixou de se afirmar um monarquista federalista, mesmo que eventualmente trocasse flertes com o movimento republicano. Manteve-se favorável ao regime, mas queria reformas drásticas que viessem reformar o aparelho estatal visando uma modernização da administração pública.

A obra de Tavares Bastos se configura, portanto, por seu caráter político precípua, tendo objetivos bem definidos, no sentido de mudança do funcionamento do aparato estatal, indicando de forma clara os estorvos do arranjo centralista então vigente, e a natureza das reformas que deveriam ser implementadas - de viés federalista. Para isso, se utiliza de um repertório teórico cuja principal fonte era a escola do pensamento liberal clássica, sob os ombros de gigantes do quilate de Benjamin Constant, Stuart Mill, John Locke e Alexis de Tocqueville, enleando-os em uma inflamada retórica política a serviço de seus interesses reformistas.

Em relação ao outro personagem de nossa trama, pode-se dizer que a dificuldade (ou quase impossibilidade) de se traçar uma carreira intelectual autônoma no Império, dá pistas sobre a instável trajetória profissional de João Francisco Lisboa. O cenário não lhe era favorável. Diante de um mercado de trabalho predominantemente escravista, em uma província periférica e regida por um aparelho governamental maculado pelo patrimonialismo, torna-se evidente a dificuldade que indivíduos como Timon - mal nascidos, ou nascidos fora do seio de alguma família tradicional - encontravam para se enquadrar em algum ofício digno e estável. Sempre que possível ele advogava, chegou a ensaiar uma carreira política, tendo sido eleito para a Assembléia Provincial pelo Partido Liberal, algumas vezes ocupou postos na burocracia provincial, no entanto, sua vocação eram as letras.

Como escritor, foi autor de respeitável obra de História* e neste terreno se envolveu em rixas com o historiador oficial do Brasil, Varnhagen.** Mas ganhou grande respaldo com a sua produção jornalística, publicada em seu *Jornal de Timon****. A coleção de todas as edições desse jornal foram publicadas no livro *Partidos e eleições no Maranhão*, esta obra prima da narrativa histórica oitocentista compõe um retrato da dinâmica política no âmbito provincial da sociedade brasileira, sendo ilustrado por uma série de casos da política maranhense que abarca todo o processo de organização eleitoral e das dificuldades da administração pública - desnudando o bater de cabeças entre os membros do governo central e provincial em crônicas que ensablavam, o que convencionou-se chamar de, elementos reais e fictícios.

Tal como Tavares Bastos, a obra de Francisco Lisboa também era profundamente influenciada pelos seus descabros políticos, o autor que na época da Balaiada era jornalista da *Crônica Maranhense*, não esquivou sua pena de tratar do tema que convulsionava a sociedade naquele sangrento episódio, fato que mais a frente legou ao cronista várias acusações pela agitação exercida desde a tribuna (LISBOA, 1984, p.2). Esse momento, em conjunção com outras decepções vividas pelo Timon maranhense, leva-o a aperfeiçoar sua crítica aos sórdidos mecanismos do poder, escrevendo uma verdadeira obra de psicologia política em linguagem satírica, mas de um sarcasmo leve e sapiente que não se deixa enveredar pelo azedume.

Existem, portanto, pontos de intersecção germinais na vida e na obra dos dois autores. O viés independente de suas personalidades, o gênio crítico e a retidão de posicionamento resultaram na descrição apurada das agruras do sistema político e administrativo. Já os pontos de divergência tornam o diálogo ainda mais rico entre eles, pois afloram exatamente no campo literário e estético de seus livros, considerados expoentes nas tendências em que se alocam: Lisboa na crônica histórica e Bastos na teoria política e do Estado. Como veremos no tópico que segue.

* Tendo escrito uma prestimosa biografia do Padre Antonio Vieira e estudos sobre o passado colonial brasileiro.

** Com quem trocou mais de 20 correspondências entre maio de 1856 e julho de 1857.

*** O significado de Timon, pseudônimo adotado por esse ilustre maranhense, em uma dupla referência, lega subsídios para uma interpretação do perfil do autor. A primeira referência vem da Grécia Antiga - período visitado correntemente nas linhas de Lisboa que, com sua erudição proveniente de uma formação clássica, tendia sempre a ilustrar suas histórias argutamente com contos da época helênica - diz respeito ao filósofo Timon, cujas histórias, popularizadas por Diógenes, eram caracterizadas pelo seu humor misantropo, a misantropia flertava muitas vezes com a ironia de Lisboa. A outra referência dizia respeito ao Timon francês, famoso na época por seu *Livre des orateurs*, onde de maneira panfletária tecia críticas a conjuntura política de seu país - tal qual o Timon maranhense.

O CONFRONTO DE VISÕES

Uma fórmula em comum nas obras dos dois autores é o uso político da História, seja a título de prefácio ou introdução, evidencia-se a composição de um quadro de fatos, com o intuito de pautar e fortalecer as respectivas argumentações. Bastos por exemplo remonta ao passado colonial brasileiro e, com maior ênfase, ao período de Pedro I, para atacar o excesso de poderes legados pela constituição ao Imperador e também à estrutura centralista, traçando por meio de um esquema histórico uma continuidade da tônica absolutista no governo do país que só foi interrompida por uma vez, justamente durante o Período Regencial. O ato adicional de 1834 foi o grande momento democrático do país segundo Bastos. *A Província* faz um apelo regressista pelo recrudescimento de instituições provinciais fortes, ao sabor de 1834, contra a tirania manifesta pela Interpretação saquarema.

Já a construção histórica de Timon é tanto mais incrédula do passado, este se configura como uma “longa narração de crimes e atrocidades de todo gênero” (LISBOA, 1984, p.17). Tavares Bastos atenta para a natureza da obra histórica de Lisboa, apontando-a como fonte para as barbáries cometidas durante o período colonial. Segundo Bastos, o leitor irá encontrar nas páginas de Lisboa “o sangue inocente nodoar as sombras da longa e silenciosa noite do passado” (1976, p.31). É interessante notar, que a sua perspectiva histórica é permeada por uma ideia de *continuum* na história da humanidade, conceito este bastante caro aos historicistas, legado principalmente das páginas Herder e herdado ideologicamente dos iluministas.

É nesta trilha que Timon compõe uma história diletante das eleições em tempos avulsos da história universal, Esparta, Atenas, Roma Antiga, Roma Católica, costurando os eventos plebiscitários e as tramas em torno do sufrágio nessas civilizações de um modo tragicômico passa ainda por algumas sociedades contemporâneas: Inglaterra, EUA, França e até Turquia. Em uma questão central Lisboa se distancia da cartilha iluminista em prol de uma concepção autoral da história que é, acima de tudo, permeada por um ceticismo em relação à raça humana, ao contrário da tendência da época, Lisboa não concorda que a marcha da humanidade caminhe em sentido progressivo, numa evolução tangenciada pela racionalidade. Pelo contrário, o que ele observa no percurso dos homens pelo tempo é uma continuidade da vitória da barbárie sobre a razão. Por meio da história das eleições no mundo Timon entendia que essas batalhas pelo poder político sempre foram, e ainda eram, capitaneadas pela corrupção, violência e pela insanidade das massas alienadas, seja na democrática Atenas, cujo amplo eleitorado votou pelo

injusto ostracismo de Temístocles, seja na moderna Inglaterra onde o voto era barganhado explicitamente nas ruas como produto de compra e venda (LISBOA, 2004, p.27 e 81).

A tendência ao uso desses preâmbulos históricos desenvolvia-se num traçado cujo percurso alçava diversas etapas da civilização, brasileira ou não, e culminava na contemporaneidade do governo de Dom Pedro II. As sociedades pretéritas eram analisadas a partir de um moralismo político que também seria utilizado para avaliação da situação conjuntural e estrutural do presente dos autores, utilizando a comparação histórica como ferramenta crítica. Assim, como foi dito, Bastos criticava a estrutura centralista de então referenciado pela descentralizada - que vigorou na época da regência -, já Lisboa na sua história das eleições ia dos Gracos romanos e dos *tory* ingleses para os *cangabás*, os *morossocas* e os *jaburus maranhenses*.

Voltando os olhos para o arranjo federalista no Brasil, o cargo que merecia as mais duras análises era justamente aquele ocupado pelo agente do governo central de maior poder nas províncias - o Presidente da Província. Cargo de indicação do próprio Imperador, atuava sob as diretrizes do gabinete Imperial e era responsável por manter a ordem provincial em acordo com os interesses da corte, para tanto era dotado de muitos poderes, legados principalmente pelas modificações da Interpretação de 1840. Não foram poupadas críticas a este cargo, cujas atribuições políticas eram colocadas em primeiro plano em detrimento das funções administrativas do governo. É consenso na historiografia que a principal função do presidente era preparar terreno para que as disputas eleitorais fossem realizadas conforme a vontade do Gabinete, segundo Bastos:

“O presidente é, no Brasil, um instrumento eleitoral. É por meio deles que se elege periodicamente a chancelaria do nosso absolutismo dissimulado. Montar, agir, aperfeiçoar a máquina eleitoral, eis sua missão verdadeira, o seu cuidado diurno e noturno. Interesses materiais, melhoramentos morais, finanças, justiça, polícia, as regras salutareias da administração em terra civilizada, o respeito ao direito, a homenagem à virtude, tudo se esquece ou conculca diante da suprema necessidade de uma maioria parlamentar ou de uma câmara unânime” (1975, p.93).

A lógica de nomeações e demissões no aparato estatal, além do recrutamento, era concentrada nas mãos do Presidente, que as utilizava para fins de arregimentação e punição de correligionários e grupos políticos. Com seu humor ácido, Timon relata em seu jornal a arbitrariedade manifesta nessa concentração de poderes nas mãos de um

indivíduo, a partir do caso de um Presidente que governou o Maranhão, o Sr. Bernardo Bonifácio que sofria de ataques de cólicas nervosas:

“O homem sofria de cólicas nervosas de um caráter tão violento que nos paroxismos da dor S. Exc^a se arrojava ao chão, espojando-se e dando urros como um réprobo. Durante esses ataques é que choviam com mais profusão as demissões, as ordens para recrutamento, e todas essas medidas violentas que mais tarde tamanha nomeada deram à sua administração” (LISBOA, 2004, p.121).

Dessa maneira, grande parte do corpo de funcionários públicos provinciais ficava extremamente exposto as instabilidades da conjuntura política, ficando perenemente reféns das canetadas do Presidente, o que de fato atrapalhava na condução dos negócios administrativos e criava uma relação de subserviência entre as elites provinciais e o mandatário do governo central. Para Bastos a opção mais viável seria a elegibilidade dos presidentes, assim iam ser sanados os problemas da alta rotatividade* e da curta duração dos mandatos que entravavam a administração pública, manejada então pelos presidentes de acordo com a seguinte lógica: “medidas tomadas pelos seus antecessores, seus adversários, anula-as; obras em via de execução, abandona-as. Projetos votados pela assembléia hostil, recusa sancioná-los” (BASTOS, 1975, p.87). À luz desses fatos, já afirmara Evaldo Cabral (em menos de 140 caracteres) o epitáfio da administração pública brasileira: “a mobilidade no pessoal dirigente conduz à imobilidade na ação administrativa” (BUARQUE, 2010, p.232).

Como foi dito, o ponto alto da administração do Presidente eram as eleições, sua organização era composta por diversas fases, em todas elas a presença do Estado se fazia presente no sentido de interferir nos resultados do pleito, fazendo uso de um variado leque de práticas corruptas, dando vazão às críticas de Timon, que sintetizava o processo fraudulento em uma só frase retórica e precisa: “As falsificações fazem, com efeito, um grande senão o primeiro papel nas nossas eleições; começam no primeiro dia, acabam no último, revestem todas as formas e tomam todas as dimensões”, os resultados são assim engendrados de tal maneira que Lisboa ainda desfecha essa conclusão: “(no processo eleitoral) de todas as formalidades a mais inútil é a de contar os votos”(LISBOA, 2004, p.207 e 210)

* O caso de Minas Gerais que em 67 anos teve 130 presidentes de província ilustra a alta rotatividade do cargo, tal característica acabou deixando os presidentes conhecidos pela alcunha de *aves de arribação*.

No período de votação o clima nas ruas era de medo, a violência era uma característica manifesta das eleições, já dizia Lisboa, “contar com a paz e harmonia nos colégios eleitorais é o mesmo que não contar com seus hóspedes”, (LISBOA, 2004, p.213) essa violência era alastrada, como destaca Bastos, por parte do próprio corpo policial:

“A cidade fica, nesses dias lutuosos, à mercê da plebe mais rude e de sicários notórios, que poderiam saqueá-la, se, por um cúmulo de vergonha, não fossem quase sempre comandados ou amparados pela polícia, que os arregimenta e com eles ameaça, intimida, espanca e afugenta a oposição” (1986, p.137).

A maior parte do conjunto de práticas corruptas era exercida pelos próprios agentes do governo. Mesmo assim, as discussões parlamentares no sentido de se reformar o sistema eleitoral para coibir as fraudes, correntemente tendiam a culpar o corpo de votantes analfabetos, tidos por alienados e ignorantes, pelo insucesso do voto livre. Tavares Bastos também critica a composição do eleitorado, formado em boa parte pelas “classes mais rudes da população, hordas barbarizadas, que se desvivem no vício e no crime”; sua argumentação se baseia principalmente no pensamento de Stuart Mill, resumido no seguinte axioma: “voto universal, só depois de educação universal”, portanto, era contrário à expansão do voto naquela conjuntura. Lisboa trata de preencher algumas páginas só com a descrição do eleitorado popular, na sua acepção a patuléia ou gentalha, elaborando uma caricatura cruel e detalhada das classes mais pobres da sociedade e colocando no mesmo bando: criminosos, vadios e trabalhadores livres, como se pode constatar no trecho abaixo, que narra a marcha dos votantes em dia de eleição, condensando uma assustadora imagem, digna dos filmes de zumbi de George Romero:

“Dos bairros mais escusos da capital, dos arrebaldes e do interior da ilha e da província, acode um enxame de miseráveis, que atraídos pelo amor do ganho ou da novidade, impelidos pelas influências, se repartem em bandos, conforme o número dos partidos ou centros de reuniões a que possam afiliar-se. Os vadios urbanos que despejam as tendas de alfaiates, sapateiros e outras semelhantes, engrossam essas gloriosas falanges, a cuja frente brilham ordinariamente alguns indivíduos da mais elevada condição, ou antes de melhores, de cor mais branca, mas por ventura mais esfaimados e corrompidos. Esta variegada turba que se compõe em grande parte de figuras vulgares, sórdidas e ignóbeis, mas no meio da qual negrejam também algumas cataduras sinistras e ameaçadoras, derrama-se pela cidade desde o amanhecer até à noite, e cada um dos tais consome o dia batendo de porta em porta, para pedir ou extorquir do pobre diabo de candidato ou partidista dez tostões, ou dous mil-réis, mais ou menos, segundo

as posses do que dá as esmolas, ou o interesse que toma na contenda eleitoral.” (LISBOA, 2004, p.182)

É interessante observar que ambos fazem projeções de possíveis modificações no cenário político diante da realização de hipotéticas eleições livres, ainda assim os dois se mantêm descrentes em relação a mudanças estruturais. A conjectura de Lisboa segue uma lógica jocosa, ironizando uma ausência de “espírito cívico” nos brasileiros, afirma com ironia que diante de eleições pacíficas os eleitores sentir-se-iam desmotivados a ir votar e “apenas uma meia dúzia dos menos remissos iria à urna lançar votos” conquanto “o grande número se deixaria ficar em suas casas, porque aos atuais estímulos para o mal sucederão o cansaço, o desânimo e a indiferença” (LISBOA, 2004, p.228). A análise de Bastos, por outro lado, é trilhada por um ceticismo regrado a muita sobriedade. Ele afirma que mesmo que fosse eleita uma Câmara independente dos desmandos do Imperador, ainda assim, a base de sustentação do poder do monarca, insigne por sua amplitude, iria transigir em seu favor, entravando qualquer possibilidade de mudança estrutural:

“Por melhor que seja uma reforma eleitoral, o poder saberá auferir das atuais instituições a necessária preponderância sobre o ânimo dos eleitos, em compensação da força que perder sobre as urnas. Um Senado escolhido pelo Imperador, vitalício e quase composto de Conselheiros de Estado e altos funcionários ou de aspirantes, um poder judicial dependente do executivo, uma centralização policial, administrativa e política que lhe assegura a obediência da nação, bastam, com o auxílio das corporações militar e religiosa para consolidar a supremacia do executivo, isto é, a dominação do soberano” (BASTOS, 1976, p.116)

O amplo diálogo existente entre as obras desses dois intelectuais remonta de forma autoral o tacanho funcionamento da administração provincial. Estruturada sob a ordem saquarema, lega preponderância ao poder executivo central - principalmente nas figuras do Imperador e do gabinete imperial-, tornando o governo provincial ferramenta política de elites situadas principalmente no Sul do país, em detrimento de suas funções administrativas originais, o que tornou ainda mais frágeis as elites locais e difíceis as possibilidades e os meios de desenvolvimento das províncias distantes da Corte.

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- BASTOS, Tavares. A. C. *A Província*. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- _____. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- BOTELHO, André (org.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *O radicalismo político no segundo reinado*. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____. “Visconde do Uruguai: teoria e prática do Estado brasileiro”. In: NOVAES, Fernando. (org.). HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon: Partidos e eleições no Maranhão*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- _____. *Crônica política do Império; introdução de Hildon Rocha*. Rio de Janeiro: INL, 1984.
- MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Editora 34, 2001.